

Eleição de reitor: com a palavra o Conselho Universitário

O Conselho Universitário (Co) tem nas mãos a possibilidade de fazer história, na sua reunião, solicitada para este mês de agosto. Para tanto, bastará que resolva debater e aprovar a emenda ao Estatuto, já protocolada no Co, que cria a consulta oficial à comunidade, pelo voto direto e paritário, na eleição de reitor(a). Trata-se de simples mecanismo democrático, em vigor há anos na Unicamp, Unesp, Unifesp e UFSCar, mas até agora ignorado pela estrutura de poder da USP.

A emenda proposta pela Adusp e protocolada com apoio das entidades estudantis — Diretório Central dos Estudantes-Livre “Alexandre Vannucchi Leme” e Associação dos Pós-Graduandos “Helenira Preta Rezende” — consiste dos seguintes pontos: 1) institui, como etapa preliminar da indicação de reitor ou reitora, consulta oficial à comunidade, de caráter paritário, por voto direto de todos os docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes; 2) quem vencer esta consulta integrará a lista tríplice a ser eleita pelo colégio eleitoral e enviada ao governador; 3) deixam de existir a lista óctupla inicial e seu respectivo colégio eleitoral.

Uma vez criada no Estatuto a consulta direta à comunidade, a democracia seria ampliada de modo inédito na USP. Isso porque, ao ga-

rantir a participação paritária de todas as categorias no processo eleitoral de reitor(a), candidatos e candidatas à Reitoria terão de submeter ao voto seus programas. Vencerá quem tiver o programa respaldado pela maior parte do eleitorado, ampliado para toda a comunidade. O que fará toda a diferença em relação à situação atual.

Velhos hábitos. A estrutura de poder na USP é extremamente conservadora e anti-democrática. Especialmente na gestão que está em vias de terminar, sucedem-se decisões autocráticas, não raramente tomadas à revelia até do principal colegiado da instituição, onde se supõe conte o reitor com ampla maioria. Exemplos não faltam. Foi assim com as sucessivas mudanças na assistência à saúde. Foi assim

com a Comissão da Verdade. E agora sabe-se pela imprensa que a Reitoria negociou com o MEC a adesão parcial da USP ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), sem transparência, sem qualquer consulta à comunidade.

Uma vez que as candidaturas a reitor(a) tenham de se submeter ao voto direto, terão obviamente de comprometer-se em cumprir suas propostas. Votar em alguém, no caso, significará optar por um determinado projeto, respaldar um determinado programa. Portanto, quem vencer terá de prestar contas quanto aos compromissos assumidos perante a universidade, como convém no regime democrático. Ficará reduzida, assim, a margem de ação para comportamentos de caráter ditatorial, vinculados ao individualismo exacerbado



Daniel Garcia

Memória curta. Debate entre os candidatos à sucessão reitoral de 2009, ocorrido em 17 de setembro! Imagine o Co esperar até outubro (como quer o reitor) para, só então, votar a emenda que cria a consulta direta paritária...

ou à imposição de pequenos grupos.

Esta a decisão que cabe ao Co! Não é pouca coisa. Aprovar a emenda vai oxigenar a estrutura de poder da USP, cujos beneficiários permanecem agarrados a velhos hábitos, cevados por um conservadorismo de décadas. Se a mudança ocorrer, se o Co fizer história, a universidade de só tem a ganhar.

O reitor deseja que a reunião do Co ocorra apenas em outubro! Não custa lembrar, portanto, algu-

mas datas decisivas no cronograma do processo eleitoral anterior, em 2009: 19/8- publicação da nomeação da Comissão Eleitoral; 15/9 a 25/9- Rádio USP entrevista os candidatos; 17/9- publicação da Resolução 5.799, que definiu datas e regras para o primeiro turno; 9/10- publicação da Resolução 5.802, que dispôs sobre o segundo turno; 20/10- realização do 1º turno...

Se não quisermos que o Co deixe para deliberar sobre a emenda quando for tarde demais, já em pleno processo eleitoral, precisamos nos manifestar. É preciso apoiar publicamente, e urgentemente, a solicitação de que a reunião do Co ocorra ainda em agosto. E assinar a petição “Eu quero votar para reitor” (www.adusp.org.br/peticao). Participe!

Você foi consultado a respeito?

- Compra de imóveis no Centro Empresarial Santo Amaro (2011)
- Demissão de 271 funcionários (2011)
- “Sistema Próprio de Saúde”, privatizado (2011)
- Novo Plano de Saúde, por pré-pagamento, privatizado (2012)
- Criação de escritórios no exterior, “USP Internacional” (2013)
- Extinção do CCE e incorporação de seu pessoal à VREA* (2013)
- Adesão ao Enade (2013)

*Vice-Reitoria de Administração

CAMPANHA

EU QUERO VOTAR PARA REITOR
www.adusp.org.br/peticao

*Atenção: o Conselho de Representantes (CR) se reúne em 19/8 às 12h!

*Na pauta do CR: organização do ato conjunto, por democracia e consulta paritária para eleição de reitor(a), indicado pelas entidades (Adusp, DCE, APG) para 22/8.

*Proposta da Adusp para o ato de 22/8: caminhadas saindo das unidades às 12h e manifestação na Praça do Relógio a partir das 13h.

Volta da isonomia é eixo da greve na Unesp

Deflagrada no dia 3/6/2013, por funcionários técnico-administrativos, docentes e estudantes da Unesp, a greve prossegue no início do segundo semestre. Entre os funcionários, 11 *campi* permaneciam em greve na data de fechamento desta edição do *Informativo Adusp*, em 9/8. Entre os docentes, continuavam parados os *campi* de Franca e Bauru. No segmento estudantil, após o retorno de parte das unidades que estavam paradas, a greve ainda prosseguia em quatro *campi*.

A quebra do tratamento isonômico entre as três universidades é uma das questões centrais postas pelo movimento. Os funcionários reivindicam a equiparação aos pisos salariais pagos na USP, medida já em andamento na Unicamp. Os estudantes pedem políticas efetivas de permanência estudantil – moradia, restaurante universitário, bolsas de critério socioeconômico e outras – com valores iguais aos praticados na USP e na Unicamp.

Entre os professores, a insatisfação decorre da junção de vários problemas, como a quebra da isonomia com as demais universidades, a transformação da avaliação em mecanismo de pressão sobre o docente, a precarização das condições de trabalho etc.

Comprometimento. O Fórum das Seis divulgou moção de apoio ao movimento, criticando os poucos avanços nas negociações com a Reitoria da Unesp. “Tem-se a impressão de que a administração da Universidade relega a segundo plano o cotidiano da instituição, os problemas de infraestrutura e condições de trabalho, de permanência estudantil, de defasagem salarial etc.”, assinala o texto.

A moção enfatiza que, dentre as três universidades estaduais, no momento, é a Unesp que registra o menor comprometimento com folha de pagamento. Questiona: “Por que não restabelecer a isonomia e atender às



Segmentos da Unesp durante ato público organizado pelo Fórum das Seis, em 27/6

reivindicações dos segmentos?” Que destino se pretende dar aos demais recursos da instituição? “Considerando a proximidade de novo ano eleitoral, será que a Reitoria da Unesp pretende atender a novos projetos de expansão encomendados pelo governo estadual, sem garantia de verbas extras?”

Ao final do documento, o Fórum

assinala que os “ataques à isonomia e a adoção de práticas divisionistas no interior do Cruesp postergam cada vez mais a meta de construção de um sistema de educação superior pública no estado de São Paulo”, conclamando a administração da Unesp a negociar efetivamente com a representação dos três segmentos da comunidade acadêmica.

Univesp e cursos à distância na USP, equívocos

Mais de 990 estudantes se formaram pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) no dia 28/7. A turma de Pedagogia, curso oferecido em parceria com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), é a primeira a concluir três anos de aulas. Curiosamente, a formatura do curso à distância ocorreu em cerimônia presencial no Palácio dos Bandeirantes, com anúncio de ampliação de vagas da Univesp, das atuais 1.710 (licenciaturas oferecidas junto à USP e à Unesp), para 5.000 até 2014.

Durante a cerimônia, o governador Alckmin falou do aumento de vagas, por meio da criação de sete novos cursos de graduação e da contratação de pessoal. Para tanto, na ocasião, foi assinado um decreto, que estabelece a definição do novo quadro de docentes e funcionários da Fundação Univesp, criada em 2012. Assim, a previsão é de que a instituição quadruple as vagas já no próximo ano. “Nós temos curso de Pedagogia, para o Ensino Médio, Matemática, Física, Química e inclusive duas [sic] de engenharias, Engenharia de Produção e de Computação também estão sendo elaborados”, disse Alckmin à Univesp TV.

E à USP. A criação da Uni-

vesp, em 2008, e o viés dos cursos de graduação oferecidos por ela propõem a “superação de um problema que, no Brasil, adquiriu caráter emergencial: a carência de professores de língua portuguesa e de ciências (física, química, biologia e matemática)”, segundo texto oficial da instituição que explica as intenções do Curso de Licenciatura em Ciências (LC - Ensino a Distância) oferecido em parceria com a USP desde 2010, e coordenado pelo professor Gil da Costa Marques, do Instituto de Física (IF).

Na USP, o curso se traduz em pelo menos 10 horas semanais (2h por dia) relativas a atividades online, mais 8 horas de aulas presenciais aos sábados no *campus* onde o estudante está matriculado, chamado de “polo”. Com carga horária de 2.865 horas de aulas, em 2013, a Licenciatura em Ciências oferecerá 120 vagas, associadas ao polo do *campus* de São Paulo, e 40 para polos de cada um dos demais *campi*: Jaú, Lorena, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos e São Carlos. Bem como o vestibular tradicional da universidade, o processo seletivo ocorrerá entre novembro e janeiro de 2014.

Além disso, a Universidade se prepara para mais uma parceria com a Univesp, com respaldo na retórica de inclusão e acesso ao ensino

— à distância, porém. As aulas da pós-graduação em Ética, Valores e Cidadania na Escola terão início em 26/8. O processo seletivo, administrado pela Fuvest e previsto para 11/8, é direcionado a professores, coordenadores pedagógicos, vice-diretores e diretores de escola no Estado de São Paulo. Serão oferecidas 300 vagas nas cidades de Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos e São Paulo. O curso terá duração de 16 meses e carga horária de 480 horas, com encontros presenciais uma vez por semana.

Texto de apresentação no site da Univesp (<http://goo.gl/SVcQp0>) afirma que o objetivo do curso é “oferecer aos profissionais da educação básica do Estado de São Paulo conhecimentos sobre ética profissional e na educação, os processos de construção de valores socialmente desejáveis e seus reflexos para o desenvolvimento da cidadania ativa”.

Iniciativa questionável.

Para Otaviano Helene, professor do Instituto de Física e membro do Grupo de Trabalho de Educação da Adusp, a premissa da Univesp é equivocada. Ele chama a atenção para a necessidade de melhoria e valorização da carreira docente, em especial no que se refere às condições de trabalho e salário, antes mesmo da discussão sobre a qualidade e a eventual necessidade de novos cursos à distância. “No Brasil, não existe uma falta absoluta de

professor. Temos licenciados que fizeram cursos em boas universidades, mas que não estão dando aulas. Eles estão atuando em outras profissões mais gratificantes do ponto de vista material e salarial”.

Helene defende que o ensino presencial é fundamental para a formação ampla, que envolve a interação entre pessoas e conteúdos em um ambiente propício a trocas de experiências, individuais e coletivas, objetivando chegar-se a um processo de aprendizagem significativa. E questiona o fato de o ensino dito semipresencial “ser oferecido para pessoas que têm menos poder aquisitivo, que muitas vezes moram em lugares onde as próprias condições de estudo e de moradia são precárias”. Quem “mais precisa de ensino presencial irá receber ensino à distância”, avalia.

“Seria possível utilizar o ensino à distância para formações complementares, como acontece em outros países, e casos extremos de inclusão e acessibilidade. A questão é que, no Brasil, o ensino à distância está chegando para substituir o presencial. Ele não é uma necessidade, porque já estão sobrando vagas no ensino superior presencial”, embora no setor particular e de qualidade questionável. Helene reafirma que a formação inicial tem que ser presencial, de preferência em instituições públicas, conforme posição histórica do GT Educação da Adusp. (Vide a respeito: <http://goo.gl/Z8pzre>).

CCE é incorporado à Vice-Reitoria de Administração

Por meio da Resolução 6.567, de 17/6, publicada no *Diário Oficial do Estado* em 18/6, a Reitoria incorporou o Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP à Vice-Reitoria de Administração (VREA). A Resolução cria o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) da USP, que será subordinado à VREA.

O documento aponta como justificativas para a incorporação a necessidade de “racionalização da aplicação de recursos financeiros e orçamentários, humanos e de material” e de integração da área de Tecnologia da Informática (TI) na universidade, considerando “os desafios impostos na aplicação e no gerenciamento do projeto ‘Nuvem USP’”.

O *Informativo Adusp* questionou

a Reitoria sobre a falta de diálogo com a comunidade e os funcionários diretamente envolvidos e afetados. Em resposta, por meio de mensagem eletrônica, a assessoria de imprensa da USP diz que “a gestão centralizada e única de informática corporativa é um tema que vem sendo debatido e encontra grande aceitação entre os atuais gestores de TI”, que “os funcionários serão mantidos” e “não haverá cortes”.

Os desdobramentos da medida deixam dúvidas. Atualmente, mesmo depois de realizadas reuniões entre a diretoria do Centro e a Reitoria, a equipe admite não saber o que irá acontecer com a unidade. “Por enquanto ainda somos CCE”, relata a funcionária Elizabeth Dias.

Diretor deixa cargo. A mudança da diretoria é mais um elemento a marcar os reajustes repentinos na estrutura do CCE. Também em junho, o professor Jaime Simão Sichman, diretor do órgão desde 2010, deixou o cargo. Em seu lugar, assumiu temporariamente Jairo Carlos Filho, engenheiro, funcionário técnico-administrativo e antigo vice-diretor. O *Informativo Adusp* procurou Sichman, mas o professor está em férias, no exterior. Jairo Filho não respondeu às solicitações feitas.

Durante a incorporação à VREA, o professor Luiz Natal Rossi, do Departamento de Informática da Escola Politécnica (EP), assumirá como diretor. Rossi foi convidado por Antonio Roque Dechen, vice-reitor de Adminis-

tração. Segundo a assessoria de imprensa da USP, à frente do CCE o professor deverá “liderar o processo de unificação da informática da USP, acomodando-a na nova estrutura do DTI”, além de ser responsável pela implantação de um Programa de Qualidade para o DTI, como previsto na Resolução 6.567.

O CCE foi criado em 1962 como Centro de Cálculo Numérico da EP. Em 1963, recebeu o nome de Centro de Computação Eletrônica. Em 1971, tornou-se um órgão autônomo da Reitoria, e, em 1988, uma Unidade Universitária. Atualmente, conta com 195 funcionários. Os dados, referentes a maio de 2011, foram retirados do próprio site do CCE, ainda em funcionamento.

Valeriani Marques (1932-2013)

O médico e docente aposentado Antonio Lázaro Valeriani Marques faleceu em Bauru no dia 15 de julho, aos 81 anos de idade. Foi professor de Microbiologia na Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB-USP), onde ingressou em 1º de janeiro de 1962, aposentando-se em 2 de outubro de 1993. Era afiliado da Adusp.

Nasceu em Porto Ferreira (SP), em 1932. Em 1947 ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, onde ficou até 1950. Graduou-se em 1962 pela Faculdade de Medicina de Sorocaba, pertencente à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

Patologista, especializado em Microbiologia Clínica, presidiu durante 18 anos a Comissão Examinadora do Título de Especialista em Patologia Clínica, da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial. Foi médico do antigo Sanatório Aimorés, hoje Hospital Lauro de Souza Lima, em Bauru, e membro da Academia de Medicina de São Paulo, da Associação Médica Brasileira e da Associação Paulista de Medicina, a qual presidiu por quatro anos.

Especialista em fotografia médica, representou a Organização Mundial de Saúde (OMS) em Bauru e região, no Programa Livro de Texto. Ministrou dezenas de cursos na área de controle de infecção hospitalar — tendo sido pioneiro no curso de Biossegurança em consultório odontológico — e de Micologia médica. Desenvolveu estudos da água-de-coco (“o líquido mais limpo que existe”, segundo declarou), como meio de cultura para o bacilo da hanseníase, sendo referência internacional nesta área.

Valeriani Marques fez parte do grupo de professores responsáveis pelo prestígio internacional da FOB, já em seus primeiros dez anos de existência. Em 2012, concedeu uma interessante entrevista ao *Jornal da Cidade* de Bauru, disponível em <http://goo.gl/0NCiDe>. Ele deixa três filhos, dez netos e cinco bisnetos.



Concluída ação vitoriosa impetrada em 2003, docente em RDIDP recebe valores retroativos de aposentadoria

A ação do professor Jorge Silva Bettencourt, do Instituto de Geociências (IGc-USP), foi ajuizada em 2003 visando a revisão dos proventos de sua aposentadoria. Embora ele tivesse permanecido oito anos em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) antes de ser atingido pela aposentadoria compulsória, não teve incorporados aos seus proventos os valores correspondentes.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2008, julgou pela procedência da ação, reconhecendo o direito do docente de ter seus proventos calculados em consonância com os vencimentos do cargo em que passou para a inatividade. A USP chegou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, mas teve rejeitados todos os seus recursos.

Após 2010 o professor Bettencourt passou a receber os valores de sua aposentadoria integralmente, aguardando pelo trânsito em julgado do processo para executar os valores retroativos não pagos pela Universidade, desde sua aposentadoria. Em junho de 2013 foram levantados pelo docente os valores devidos retroativamente, depositados por precatório pela Universidade de São Paulo, encerrando-se o processo.

Agradecimento. Em carta enviada em 2/7, o docente agradeceu à Adusp pelo apoio jurídico prestado ao longo dos últimos dez anos, o qual “resultou em reconhecimento pleno dos meus direitos e ressarcimento total dos meus proventos acumulados”.

“Caro Prof. Ciro,
Quero agradecer à Diretoria da Adusp pelo incentivo e suporte jurídico, a mim dispensado durante uma década, o que resultou em reconhecimento pleno dos meus direitos e ressarcimento total dos meus proventos acumulados. Informo-lhe, também, que é minha disposição fazer uma contribuição simbólica à Adusp, equivalente à quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) o que, no meu entender, julgo ser de justiça”.

O caso do professor Bettencourt foi relatado no *Informativo Adusp*, nas edições 206 (6/2/2006) e 320 (21/2/2012). Dois outros docentes aposentados que não tiveram respeitado pela USP seu tempo de trabalho em RDIDP foram defendidos pelo departamento jurídico da Adusp. Um desses processos foi encerrado, também com vitória do impetrante. No outro já se expediu liminar favorável.

A USP continua a nos indignar no caso Ana Rosa Kucinski!

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, da Assembleia Legislativa (Alesp), precisou cancelar e adiar por duas vezes consecutivas uma audiência pública sobre o sequestro, assassinato e desaparecimento, em 1974, da professora Ana Rosa Kucinski, do Instituto de Química (IQ-USP). Isso porque a Universidade de São Paulo deixou de comparecer a ambas, em 14/6 e 29/7.

Diante do descaso demonstrado pela USP, uma convocação oficial do reitor Grandino Rodas, do procurador geral da universidade e do diretor do IQ já foi aprovada na comissão. Ainda não há data definida para a nova tentativa de realização da audiência sobre o caso. Na mesma ocasião será discutido o caso de Wilson Silva, marido de Ana Rosa, preso com ela e executado pelos órgãos de repressão política na mesma ocasião.

A Reitoria da USP foi convocada a comparecer porque a professora foi demitida pela Congregação do instituto, em 1975, por “abandono de emprego”, quando já havia sido assassinada pelos órgãos de repressão um ano e meio antes, e era voz corrente que seu desaparecimento estava relacionado à sua militância na esquerda clandestina.

O episódio foi relatado em detalhes pelo jornalista Bernardo Kucinski, hoje professor aposentado da ECA-USP, no livro *K. A Revista Adusp* publicou na sua edição 52 o capítulo dessa obra “A reunião da Congregação”, que trata do assunto, e na edição 53 reportagem detalhada a respeito, apontando a resistência da atual Congregação a rever o caso.

O professor Wanderley Messias dos Santos, superintendente de Relações Institucionais, encaminhou ofício à Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, em 6/6, no qual afirma considerar “premature e inoportuno o comparecimento de representante oficial desta Universidade ao referido evento”. Não bastasse o tratamento desatencioso, Messias recorreu às alegações de que 1) a USP criou sua própria Comissão da Verdade, e portanto investigará o caso; e 2) a direção do IQ “já manifestou-se oficialmente a respeito dos episódios envolvendo o caso (...) e as devidas reparações à sua memória”.

“Subterfúgio”. O professor Kucinski enviou carta à Comissão da Verdade, na qual lamenta que a



Bernardo Kucinski em ato de 13/8/2012 pela reversão da demissão de Ana Rosa

Reitoria da Universidade de São Paulo tenha considerado “inopor-tuna” a iniciativa da comissão de “esclarecer as circunstâncias da demissão por abandono de função de minha irmã Ana Rosa Kucinski, presa e desaparecida política”. Para ele, é um **“subterfúgio”** [destacado em negrito no original] a justificativa de que foi criada a Comissão da Verdade da USP: “Essa comissão não iniciou suas sessões, não possui regimento interno e nem cronograma de trabalho”. (Efetivamente, no dia 15/6 o professor Dalmo Dallari, presidente do órgão criado pelo reitor Grandino Rodas, revelou ao *Informativo Adusp* que até aquela data não contava sequer com uma sala para as oitivas.)

Na carta, o professor reitera a dramática situação vivida pela família, na busca, por décadas, dos restos mortais de Ana Rosa e de uma explicação cabal do seu assassinato: “E o tempo urge. Meu irmão Wulf Kucinski, que tanto batalhou pela loca-

lização de minha irmã, faleceu no ano passado aos 80 anos de idade, sem conhecer a verdade dos fatos. Eu já estou na casa dos 76 anos”.

O professor ataca igualmente, no documento, **“os inaceitáveis”** [destacado em negrito no original] termos da declaração da Congregação do Instituto de Química, de 27 de setembro do ano passado, nos quais também se apóia o reitor para justificar o seu não comparecimento”, uma vez que ela diz a certa altura que “se solidariza com a família, amigos e colegas que, na época, não souberam das reais circunstância do seu desaparecimento” (de Ana Rosa). “Ora, senhor deputado, o inusitado e escandaloso desse caso, sem paralelo na história da USP, está justamente no fato de que se sabia sim na época, e sobejamente, do caráter forçado e involuntário de seu não comparecimento ao trabalho”.

Apelo denegado. Ele pros-

segue afirmando que, quando “a Comissão Processante da Reitoria e a Congregação da Química decidiram pela demissão, em janeiro-fevereiro de 1975, já era amplamente conhecida a condição de desaparecida política de minha irmã, conforme documentos, testemunhos e até notícias de jornal, tudo isso juntado em apelo à Comissão Processante pelo nosso advogado, o falecido dr. Aldo Lins e Silva, em 24 de janeiro de 1975, e denegado (processo 17.499/74/RUSP)”.

Ainda segundo Kucinski, enquanto “entidades como a Anistia Internacional e a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo já se empenhavam em denunciar a repressão política no Brasil, a Congregação da Química e a Reitoria dessa universidade optaram pelo caminho oposto de legitimar e dar cobertura ao ato criminoso do sequestro e desaparecimento de minha irmã”.

O professor comenta também o “longo parecer da Assessoria Jurídica da Universidade”, emitido em julho de 1995 em resposta a seu pedido de anulação da demissão de Ana Rosa (Processo 74.1.17459.1.7). Na visão de Kucinski, embora recomendasse ao reitor a aceitação do seu pedido, o parecer “camufla e absolve por trás de uma obscura linguagem jurídica o nefasto papel de coadjuvante de um crime, desempenhado pela instituição USP nesse episódio, em especial por essa mesma Assessoria Jurídica à época. Não há uma palavra de auto-crítica”.

Direção da APG eleita com 493 votos válidos

A chapa única “Política”, que disputou em 8/8 a eleição para a diretoria da Associação dos Pós-Graduandos da USP “Helenira Preta Rezende”, foi eleita com 493 votos válidos. Houve também 47 votos em branco e 21 nulos, num total de 561 votos. A entidade vem experimentando um processo de consolidação e expandindo sua presença nas unidades de ensino da capital e do interior.

A direção, reeleita, é composta por Álvaro Pereira (FD), Aramys Silva dos Reis (ICB), Bruno Carvalho (FFLCH), Dante Peixoto (EESC), Fábio Cunha Lofrano (EP),

Haydée Svab (EP), Helder Rossi S. Souza (FFLCH), Isaac de Matos Ponciano (Esalq), Joaquim Alves Silva Jr. (IEE), Luiz Gustavo da C. Soares (FFLCH), Maria Laura Louzada (FSP), Natália Mello (FFLCH), Paulo Yasha (FFLCH), Polly Rosa (ECA), Renan Quinalha (IRI), Ruby Rudy Arellano (IEE), Tatiana Pavão (IEE), Tomás C. A. Marques (Prolam), Thiago Costa de Paiva (EP) e Vanessa Simon (EACH)

A APG atua com o DCE e a Adusp em diversas lutas, como as que envolvem a implantação de cotas na USP e a democratização da universidade. “Neste ano

teremos um grande embate, que será a definição de critérios para desligamento de programas da Pós no Conselho de Pós-Graduação, por causa do novo Regimento da Pós-Graduação, ao qual nos opusemos. Nossa expectativa é conseguir levar forças-tarefas para os cursos para entender as circunstâncias específicas da pesquisa em cada um e evitar uma padronização produtivista nesses critérios, que desrespeite as especificidades de cada cultura de pesquisa dos programas”, declarou o diretor Luiz Gustavo Soares ao *Informativo Adusp*.